

DELIBERAÇÃO CGAI Nº 009/2024

DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO DA DECISÃO

Origem: Portal da Transparência - 2º Recurso do PAI nº 2024005470020009995

Data de Protocolo: 21/05/2024

Data do 1º Recurso: 15/07/2024

Data do 2º Recurso: 23/07/2024

Órgão: Secretaria de Educação do Recife

A Controladoria Geral do Município (CGM) vem através deste documento dar ciência ao solicitante quanto ao 2º recurso do pedido de acesso à informação nº 2024005470020009995, direcionado à **Secretaria de Educação**, de acordo com as atribuições previstas no **artigo 24** do Regimento Interno (Resolução nº 001, de 19 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial do Município no dia 20 de agosto de 2015), transcrito abaixo e que prevê:

Art. 24 - Na hipótese de o órgão sanar o pedido de acesso à informação no prazo recursal, fica a CGM autorizada a dar ciência ao requerente através do sistema do Portal da Transparência.

Histórico

O requerente, em 21 de maio de 2024, protocolou o seguinte requerimento:

“Boa tarde, solicito cópia de todos os boletins de medição vinculados ao contrato 1401.1.062.2021 (manutenção predial). Além disso, lista de serviços realizados por unidade escolar a partir do referido contrato.”(Sic)

No dia 12 de julho de 2024, a Autoridade de Transparência Passiva da Secretaria de Educação inseriu, em anexo, uma nota técnica nº 237.2024 a seguinte resposta:

*“Em atendimento do Pedido Nº 2024007330020009990, segue informações solicitadas, no que compete a esta secretaria, referentes aos itens no ofício supracitado.
Informações do Contrato 1401.1.062.2021 - Informamos que todos os dados e informações sobre o contrato e suas medições podem ser consultadas presencialmente na Secretaria Executiva de Infraestrutura, situada no 4º andar da Prefeitura da Cidade do Recife na Av. Cais do Apolo, 925 - Recife Antigo, realizar o agendamento através do telefone 3355-9105.”(Sic)*

No dia 15 de julho de 2024, o requerente, em grau de 1º recurso, fez a seguinte solicitação:

“Bom dia, solicitei os boletins de medição, que são todos digitalizados, e não obtive a resposta. Não tenho condição de ir ao local, o pedido do material digitalizado - que já é de posse da Prefeitura - foi justamente por isso. ” (Sic)

Como resposta ao primeiro recurso, no dia 23 de julho de 2024, a Secretaria de Educação informou, através da nota técnica nº 251/2024 da Secretaria Executiva de Infraestrutura do órgão:

*“Em atendimento do Recurso Nº 2024005470020009995, segue informações solicitadas, no que compete a esta secretaria, referente ao documento supracitado.
Informações do Contrato 1401.1.062.2021 - Informamos que por se tratar de um contrato vigente há mais de 02 anos, cujo o objeto trata-se da contratação de empresa especializada em serviços*

de reforma com manutenção preventiva e corretiva nas unidades educacionais e administrativas e que as documentações solicitadas possuem vários volumes físicos e técnicos, portanto realizar tal feito demandaria esforço para a Administração Pública, tendo em vista que trata-se da manutenção de diversas unidades de todas as Regiões Políticas Administrativas (RPA).

Entende-se que toda essa documentação encontra-se disponibilizada fisicamente na Secretaria Executiva de Infraestrutura, situada no 4º andar da Prefeitura da Cidade do Recife na Av. Cais do Apolo, 925 - Recite Antigo, realizar o agendamento prévio através do telefone 3355-9105.

conforme já menciona na Nota Técnica 237/2024 - SEINFRA/SEDUC/PCR

*Portanto, conforme a Lei Municipal nº 17.866/2013, regulamenta através do Decreto nº 28.527/2015 - *Art. 13. Não serão analisados pedidos: III - Que exijam trabalho excessivo de análise ou de consolidação de dados e informações."*

Diante do exposto, ficamos à disposição para quaisquer dúvidas e esclarecimentos do que for necessário." (Grifo nosso)

No 23 de julho de 2024, o requerente entrou com um recurso em segunda instância, alegando o seguinte:

"Como registrado anteriormente, os Boletins de Medição são digitalizados e eu não consigo ir na sede da Secretaria. A LAI existe justamente para isso: o envio de documentos eletronicamente." (Sic)

É o que importa relatar.

Análise da Admissibilidade do Recurso:

O recurso foi interposto dentro do prazo legal de 10 dias contados do primeiro dia útil após a ciência da decisão (Lei n.º 17.866, de 15 de maio de 2013, art. 14), sendo, dessa forma, tempestivo. O recorrente utilizou-se do recurso conferido pelo artigo 15 do Decreto nº 28.527, de 16 de janeiro de 2015, não havendo supressão de instância.

Decisão:

O representante da **Secretaria de Educação** enviou a nota técnica nº 287/2024, da Secretaria Executiva de Infraestrutura do órgão, na qual informou o local onde as informações podem ser disponibilizadas, caso o solicitante deseje ter acesso presencialmente, bem como estabeleceu o prazo necessário para digitalização dos documentos.

Dessa forma, considerando o Art. 10, § 1º, I, da Lei Municipal nº 17.866/2013 que trata sobre acesso imediato à informação:

Art. 10 Os órgãos e entidades municipais deverão viabilizar o acesso imediato à informação disponível.

§ 1º Não sendo possível conceder o acesso imediato, na forma disposta no caput, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 20 (vinte) dias:

I - comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão;

Considerando também o Art 4º do Regimento Interno do Comitê Gestor de Acesso à Informação - CGAI (Resolução nº 001, de 19 de agosto de 2015), que diz que, dentre as atribuições do presidente deste CGAI, está a função de decidir sobre questões incidentes e, seguindo sempre o que preceitua a Lei de Acesso à Informação.

Entende-se que, como a Secretaria de Educação já informou como o solicitante poderia ter acesso às informações que deseja e se predispôs a disponibilizar a informação dentro do prazo de 90 dias de forma eletrônica, entende-se que não há o que se discutir no âmbito deste Comitê neste momento.

Dessa forma, caso não consiga ir presencialmente obter a informação no local indicado, e ainda sinta a necessidade, a orientação é que o solicitante realize um NOVO pedido com a informação desejada após o prazo estabelecido pelo órgão.

Ainda, orienta-se que a Secretaria de Educação, desde já, providencie a digitalização da documentação para publicação em local adequado, de maneira ativa, caso haja previsão legal para o fato, ou para a disponibilização dos mesmos a qualquer solicitante que faça o pedido com esse teor no prazo estabelecido pela unidade.

Providências

Dê-se ciência ao requerente e à Secretaria de Educação, através do Portal da Transparência.

Carmen Sofia Carvalho do Nascimento
Presidente em exercício do CGAI